

340,

ATA DA XXXIV REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO
AMBIENTE - CONAMA.

0001 - Aos trinta e um dias do mês de março de um mil
0002 - novecentos e noventa e três, às 9h30min., no auditório I do
0003 - edifício sede do IBAMA em Brasília, foi realizada a XXXIV
0004 - Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente -
0005 - CONAMA. Presentes nesta Sessão os seguintes Conselheiros:
0006 - Doutor FERNANDO COUTINHO JORGE, Ministro do Meio Ambiente e
0007 - Presidente do CONAMA; Doutor HUGO DE ALMEIDA, Secretário-
0008 - Executivo e Conselheiro Titular Representante do Ministério
0009 - do Meio Ambiente; Doutor HUMBERTO CAVALCANTE LACERDA,
0010 - Secretário-Executivo do CONAMA e Presidente do IBAMA - em
0011 - exercício; Doutor JADSON DE ARAÚJO PIRES, Conselheiro
0012 - Suplente representante da Associação Brasileira de
0013 - Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES; Jornalista CARLOS
0014 - CARDOSO AVELINE, Conselheiro Titular representante das ONG's
0015 - Ambientistas da Região Sul; Doutor FRANCISCO RODRIGUES
0016 - SOARES, Conselheiro Titular representante das ONG's Ambien
0017 - talistas da Região Nordeste; Doutora FERNANDA COLAGROSSI,
0018 - Conselheira Titular representante das ONG's Ambientistas
0019 - da Região Sudeste; Professor ALBERTO JOSÉ CENTENO,
0020 - Conselheiro Titular representante das ONG's Ambientistas
0021 - da Região Centro-Oeste; Engenheiro Agrônomo JORGE ANDRÉ
0022 - FAUTH, Conselheiro Suplente representante da ADFG - Amigos

0023 - da Terra; Almirante IBSEN DE GUSMÃO CÂMARA, Conselheiro
0024 - Suplente representante da Fundação Brasileira para a
0025 - Conservação da Natureza - FBCN; Doutor CARLOS FERNANDES
0026 - XAVIER, Conselheiro Suplente representante da Confederação
0027 - Nacional da Agricultura; Doutor LEOPOLDO GARCIA BRANDÃO,
0028 - Conselheiro Suplente representante da Confederação Nacional
0029 - do Comércio; Doutor OLYNTHO CÂNDIDO OLIVEIRA, Conselheiro
0030 - Suplente representante da Confederação Nacional dos
0031 - Trabalhadores na Indústria; Doutora MARIA CRISTINA YUAN,
0032 - Conselheira Suplente representante do Instituto Brasileiro
0033 - de Siderurgia; Doutora SUELY DE SOUZA MELO DA COSTA,
0034 - Conselheira Titular representante do Governo do Estado do
0035 - Acre; Doutor MANOEL AUGUSTO DE AZEVEDO SANTOS, Conselheiro
0036 - Titular representante do Governo do Estado de Alagoas;
0037 - Doutor ANTONIO CARLOS DA SILVA FARIAS, Conselheiro Titular
0038 - representante do Governo do Estado do Amapá; Doutor DURVAL
0039 - FREIRE DE CARVALHO OLIVIERI, Conselheiro Suplente
0040 - representante do Governo do Estado da Bahia; Arquiteta
0041 - MARFISA MARIA DE AGUIAR FERREIRA e Arquiteto FRANCISCO
0042 - EDUARDO ARAÚJO SOARES, Conselheiros Titular e Suplente,
0043 - respectivamente, representantes do Governo do Estado do
0044 - Ceará; Doutor PAULO CÉZAR TIMM, Conselheiro Titular repre
0045 - sentante do Governo do Distrito Federal; Doutor JARBAS
0046 - RIBEIRO DE ASSIS JÚNIOR e Doutor ALMIR BRESSAN JÚNIOR,
0047 - Conselheiros Titular e Suplente, respectivamente, represen
0048 - tantes do Governo do Estado do Espírito Santo; Doutor RONEI
0049 - EDMAR RIBEIRO e Doutor CLARISMINO LUIZ PEREIRA JÚNIOR,
0050 - Conselheiros Titular e Suplente, respectivamente, represen
0051 - tantes do Governo do Estado de Goiás; Doutor FERNANDO CÉSAR

0052 - DE MOREIRA MESQUITA, Conselheiro Titular representante do
0053 - Governo do Estado do Maranhão; Engenheiro Agrônomo EUCÁRIO
0054 - ANTUNES QUEIROZ, Conselheiro Titular representante do
0055 - Governo do Estado do Mato Grosso; Doutor EMIKO KAWAKAMI DE
0056 - RESENDE, Conselheira Titular representante do Governo do
0057 - Estado do Mato Grosso do Sul; Doutor OTÁVIO ELÍSIO ALVES DE
0058 - BRITO, Conselheiro Titular representante do Governo do
0059 - Estado de Minas Gerais; Doutor ELOÍZIO HENRIQUE HENRIQUES
0060 - DANTAS, Conselheiro Suplente representante do Governo do
0061 - Estado da Paraíba; Doutora MYRIAM KRAVCHYCHYN, Conselheira
0062 - Suplente representante do Governo do Estado do Paraná;
0063 - Doutora MARIA DO CARMO MARTINS SOBRAL, Conselheira Suplente
0064 - representante do Governo do Estado de Pernambuco; Engenheiro
0065 - Florestal AXEL SCHMIDT GRAEL, Conselheiro Suplente represen
0066 - tante do Governo do Estado do Rio de Janeiro; Doutora MARTHA
0067 - MARIA BARBOSA VARELLA, Conselheira Suplente representante do
0068 - Governo do Estado do Rio Grande do Norte; Doutor LUCIANO
0069 - TEODORO MARQUÊS, Conselheiro Titular representante do
0070 - Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Doutor EMANUEL
0071 - FURTON MADEIRA CASARA, Conselheiro Suplente representante do
0072 - Governo do Estado de Rondônia; Doutora JUCÉLIA CARDOSO
0073 - CAETANO, Conselheira Suplente representante do Governo do
0074 - Estado de Santa Catarina; Doutor JOSÉ DE ÁVILA AGUIAR
0075 - COIMBRA, Conselheiro Suplente representante do Governo do
0076 - Estado de São Paulo; Doutor JOSÉ CARLOS MESQUITA TEIXEIRA,
0077 - Conselheiro Titular representante do Governo do Estado de
0078 - Sergipe; Doutor DJANE LACERDA, Conselheiro Titular represen
0079 - tante do Governo do Estado de Tocantins; Coronel Aviador
0080 - VALDIR DE SOUSA, Conselheiro Titular representante do Minis

0081 - tório da Aeronáutica; Doutor MAURÍCIO CARVALHO OLIVEIRA,
0082 - Conselheiro Titular representante do Ministério da Agricul
0083 - tura, do Abastecimento e da Reforma Agrária; Doutor ANTONIO
0084 - GONZALEZ LOPES, Conselheiro Suplente representante do Minis
0085 - tório do Bem-Estar Social; Doutor ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA
0086 - NETO, Conselheiro Titular representante do Ministério das
0087 - Comunicações; Doutora ANDRÉIA CURI ZARATINI, Conselheira
0088 - Titular representante do Ministério da Cultura; Professora
0089 - NELI GONÇALVES DE MELO, Conselheira Titular representante do
0090 - Ministério da Educação e Desporto; Coronel de Infantaria
0091 - QEMA ARIEL ROCHA DE CUNTO e Tenente Coronel de Infantaria
0092 - QEMA HENRIQUE SÉRGIO FALCÃO, Conselheiros Titular e Suplen
0093 - te, respectivamente, representantes do Ministério do Exér
0094 - cito; Doutor JOSÉ RUI GONÇALVES ROSA, Conselheiro Titular
0095 - representante do Ministério da Fazenda; Doutor CARLOS
0096 - ALBERTO FERREIRA DOS SANTOS, Conselheiro Suplente represen
0097 - tante do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo;
0098 - Doutor RONALDO MAIA MARQUES, Conselheiro Titular represen
0099 - tante do Ministério da Justiça; Capitão-de-Mar-e-Guerra TÉO
0100 - JOSÉ DE FIGUEIREDO e Capitão de Fragata PAULO ROBERTO
0101 - FARIA, Conselheiros Titular e Suplente, respectivamente,
0102 - representantes do Ministério da Marinha; Doutor RAUL DA
0103 - SILVA NAVEGANTES, Conselheiro Suplente representante do
0104 - Ministério do Meio Ambiente; Doutor ÁLVARO AUGUSTO PEREIRA
0105 - MESQUITA e Doutor JORGE GOMES DO CRAVO, Conselheiros Titular
0106 - e Suplente, respectivamente, representantes do Ministério de
0107 - Minas e Energia; Doutor ADOLPHO LUIZ BEZERRA KESSEBRING,
0108 - Conselheiro Titular representante do Ministério da Saúde;
0109 - Doutora IVONE GORGOSINHO BAUMECKER, Conselheira Suplente

0110 - representante do Ministério do Trabalho; Doutor SÉRGIO GREIN
0111 - TEIXEIRA, Conselheiro Titular representante do Ministério
0112 - dos Transportes; Doutor TARCÍSIO CARLOS DE ALMEIDA CUNHA,
0113 - Conselheiro Titular representante da Casa Civil da Presidên
0114 - cia da República; Doutora MARIA DALVA ALVES DOS SANTOS,
0115 - Conselheira Suplente representante da Secretaria Geral da
0116 - Presidência da República; Doutor HERBERTO OTTO ROBER
0117 - SCHUBART e Doutor MÁRCIO ANTONIO TEIXEIRA MAZZARO, Conse
0118 - lheiros Titular e Suplente, respectivamente, representantes
0119 - da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da
0120 - República; Tenente Coronel de Infantaria QEMA ADAIR LUIZ
0121 - PEREIRA, Conselheiro Titular representante da Casa Militar
0122 - da Presidência da República; Capitão-de-Fragata WIBSON
0123 - GONÇALVES QUINTÃO, Conselheiro Titular representante do
0124 - Estado-Maior das Forças Armadas; Doutor JORDAN PAULO
0125 - WALLAUER, Conselheiro Titular representante do IBAMA. Também
0126 - presentes na reunião: Dr. Nemésio Altoé, do MiniFaz - SPE;
0127 - Dr. Zenon Schueler Reis, da SEPLAN - PR; Dr. Nelson Monteiro
0128 - Afonso dos Santos, do MBES - Saneamento; Drª Maria Margarete
0129 - Girão N. Carvalho, da SDU/SEMACE (CE); Drª Gercina Paes
0130 - Landim e Dr. George Macedo Pereira, do Governo do Estado de
0131 - Roraima; Drª Lígia Maria Scherer, do MRE; Dr. Ricardo Lúcio
0132 - Cardoso Buarque, da ADEMA (SE); Dr. Jair Sarmiento. Havendo
0133 - "quorum" o Presidente cumprimentou os membros da mesa, do
0134 - Plenário, demais autoridades, convidados e público presente
0135 - e declarou aberta a XXXIV Reunião Ordinária do CONAMA para
0136 - esta sessão de trabalhos. O Presidente propôs manifestação
0137 - de pesar pelo falecimento do Eminente Naturalista e Ilustre
0138 - Conselheiro ROBERTO RIBAS LANGE, que representou a Associa

0139 - ção de Defesa e Educação Ambiental-ADEA durante 04 (quatro)
0140 - anos no CONAMA e dedicou à sua memória a presente XXXIV
0141 - Reunião Ordinária deste Conselho, convidando todos a se
0142 - põem de pé para um minuto de silêncio em homenagem póstuma.
0143 - A seguir deu posse aos seguintes novos Conselheiros: Adair
0144 - Luiz Pereira; Cláudio Ávila da Silva e Jucélia Cardoso
0145 - Caetano; José de Ávila Aguiar Coimbra; José Carlos Mesquita
0146 - Teixeira; Francisco Rodrigues Soares e Eliana Moraes de
0147 - Abreu; Jorge André Fauth. Dando prosseguimento o Presidente
0148 - apresentou aos novos Conselheiros, em nome do Plenário, e em
0149 - seu próprio nome, votos de boas-vindas ao CONAMA e
0150 - manifestou suas expectativas no sentido de que os novos
0151 - Conselheiros tragam contribuições importantes para o
0152 - fortalecimento deste fórum e fez a seguir um pronunciamento
0153 - ao Plenário destacando as seguintes questões: **a) sobre o**
0154 - **funcionamento das Câmaras Técnicas:** salientou a estratégia
0155 - de trabalho definida na última reunião do Conselho, visando
0156 - dinamizar operacionalmente, tecnicamente e politicamente os
0157 - trabalhos do CONAMA; que a estratégia já está implantada,
0158 - sobretudo no fortalecimento das Câmaras Técnicas que se
0159 - reuniam às vésperas da reunião plenária, e hoje o fazem com
0160 - antecedência necessária para preparara Pauta; **b) sobre**
0161 - **atividades desenvolvidas pelo Ministério:** durante esse
0162 - período de um mês, iniciou-se o lançamento da pesquisa da
0163 - Zona Econômica Exclusiva, que é de competência do Brasil
0164 - fazê-lo para que os brasileiros tenham a exclusividade das
0165 - 200 milhas marítimas e o prazo é curto; iniciamos na área do
0166 - nordeste, no Centro de Pesquisa de Extensão Pesqueira do
0167 - IBAMA, com o lançamento da primeira embarcação Riobaldo que

0168 - vai cobrir a costa do Nordeste; estivemos no Rio Grande do
0169 - Sul, não só para cumprir as programações que o Ministério
0170 - faz em todos os Estados, mas também para visitar o Instituto
0171 - Oceanográfico do Rio Grande, e montar uma estratégia de
0172 - implantação de pesquisa naquela área; no sábado estaremos em
0173 - Santos, com a USP e com o Instituto Oceanográfico; para
0174 - fechar aquela área. Vamos implantar um centro de pesquisa e
0175 - extensão pesqueira no norte este ano conforme a programação
0176 - de prioridade dessa área; **c) sobre fortalecimento do**
0177 - **SISNAMA:** dentro da programação do CONAMA, a descen
0178 - tralização, fortalecimento dos órgãos estaduais, criação de
0179 - conselhos nos Estados e Municípios onde não existem; foi
0180 - implantado o Conselho Municipal de Goiânia onde Ministro do
0181 - Meio Ambiente esteve presente, presidindo o evento que
0182 - fortaleceu o Conselho Estadual de Goiás, PT e PMDB
0183 - trabalharam juntos em toda a programação o que depreende o
0184 - suprapartidarismo do meio ambiente; o Rio Grande do Sul,
0185 - lamentavelmente, ainda não tem um Conselho, mas o Governador
0186 - do Estado já se comprometeu com a implantação urgente do
0187 - colegiado estadual, bem como a Prefeitura de Porto Alegre,
0188 - que encaminhou documento ao Ministro do Meio Ambiente
0189 - garantindo a breve implantação do Conselho, que contará com
0190 - a presença do Ministério através do titular ou de
0191 - representante; que todo esse esforço está sendo empreendido
0192 - visando a que questões locais, estaduais e federais tenham
0193 - soluções dentro de suas respectivas esferas de competência,
0194 - não sobrecarregando o CONAMA, nem prejudicando matérias de
0195 - soluções locais com trâmites mais extensos quando enviadas à
0196 - última instância; que a descentralização efetiva implementa

0197 - o Sistema Nacional de Meio Ambiente, materializando-o na
0198 - prática, diminuindo a crítica ao Executivo, sobretudo o
0199 - IBAMA, que fica com a culpa de ser o responsável por tudo
0200 - que acontece de negativo na área de meio ambiente no Brasil.
0201 - O IBAMA é o órgão executivo da política a nível de Estado,
0202 - mas se o Governador não tiver o órgão executivo do Estado
0203 - forte, que trabalha integrado a nível federal, estadual e
0204 - municipal, o Sistema Nacional de Meio Ambiente não vai
0205 - funcionar e por melhor que seja o Ministério e o IBAMA,
0206 - ambos vão fracassar na resolução dos problemas nacionais. Um
0207 - caso exemplar é o da Reserva do Taim, que nós estivemos
0208 - pessoalmente visitando, e que a DIREC/IBAMA está reformu
0209 - lando toda essa programação das Unidades de Conservação e a
0210 - grande filosofia, a descentralização com a participação da
0211 - sociedade civil com as ONG's, os Estados e Municípios,
0212 - claro, tendo competência técnica para fazê-lo. Então, é uma
0213 - estratégia que nós do CONAMA temos como grande responsabili
0214 - dade ao defendermos numa visão de Sistema Nacional, de acom
0215 - panhar e fiscalizar; que estivemos também na Amazônia
0216 - discutindo os programas do Banco Mundial, alguns deles
0217 - ligados ao G7 e discutindo a política emergencial da
0218 - borracha, que é uma política urgente e prioritária em termos
0219 - de recursos naturais renováveis e provavelmente essa semana,
0220 - as grandes linhas dessa política deverão ser fechadas a
0221 - nível de Presidência da República, uma vez que envolvem-se
0222 - nas negociações vários ministérios; d) Por fim, considerando
0223 - compromisso assumido na reunião anterior no sentido de que
0224 - cada reunião do CONAMA teria uma informação técnica daquilo
0225 - que fosse relevante para os Conselheiros conhecerem, o

0226 - Presidente colocou à disposição dos Conselheiros o Doutor
0227 - Hugo de Almeida, Secretário-Executivo do Ministério do Meio
0228 - Ambiente, para fazer uma síntese dos Programas e Acordos
0229 - Internacionais que foram definidos e acordados pelo
0230 - Ministério após a sua criação a partir de novembro/92. O Dr.
0231 - Hugo de Almeida fez uma explanação completa sobre o tema
0232 - destacando principalmente os seguintes programas: Programa
0233 - de Florestas Tropicais, financiado pelo G7, o Programa de
0234 - Biodiversidade Biológica, programa também financiado pelo
0235 - G7, e o Programa Nacional de Meio Ambiente - PNMA. 1 - **Sobre**
0236 - **o Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais, o**
0237 - **expositor fez as seguintes considerações: a)** em julho de 90
0238 - houve a reunião dos Chefes de Estado dos 7 países
0239 - industrializados do mundo, chamado G7, em Hilston, em que a
0240 - chamada Declaração Econômica de Hilston consignou o desejo e
0241 - a disposição de entabular uma nova convivência com os
0242 - países em desenvolvimento, em matéria ambiental, onde se fez
0243 - elogios ao esforço brasileiro na manutenção de suas
0244 - florestas tropicais nos últimos anos, principalmente nos
0245 - anos de 88-89, em que houve uma diminuição bastante
0246 - significativa do desmatamento da Floresta Amazônica,
0247 - coincidindo com o período do antigo Programa Nossa Natureza
0248 - e da criação do IBAMA; solicitaram que o Governo Brasileiro,
0249 - em conjunto com a Comunidade Européia e o Banco Mundial,
0250 - apresentasse uma proposta de programa sobre o assunto. **b)** em
0251 - outubro de 90 houve a estruturação do Governo Brasileiro, a
0252 - criação de um Grupo de Trabalho do qual faziam parte o então
0253 - Ministério da Economia, a Secretaria de Meio Ambiente da
0254 - Presidência da República e o Ministério das Relações

0255 - Exteriores e, posteriormente, agregou-se a Secretaria de
0256 - Ciência e Tecnologia, a Secretaria de Desenvolvimento
0257 - Regional, e a Secretaria de Assuntos Estratégicos. c) em
0258 - março de 1991 houve a Reunião de Bruxelas em que foi
0259 - discutido o 1º desenho deste Programa numa reunião conjunta
0260 - entre doadores, Banco Mundial e Comunidade Comum Européia,
0261 - e o Brasil. Naquela reunião ficou estabelecido que esse
0262 - Programa deveria ser executado em fases. d) em maio de 1991,
0263 - houve a Reunião do Rio de Janeiro, que eu tive a felicidade
0264 - de participar, onde foi aprovado, a nível técnico, a parte
0265 - conceitual do Programa que foi apresentado aos Chefes de
0266 - Estado do G7 em junho de 1991, que o elogiaram e disseram da
0267 - importância da continuidade do detalhamento desses
0268 - trabalhos. e) houveram reuniões posteriores, em setembro e
0269 - outubro de 1991, quando então o Governo Brasileiro comunicou
0270 - que a 1ª fase não deveria ser só uma fase de
0271 - pré-investimento como era a intenção dos nossos
0272 - negociadores. f) em outubro de 1991 realizou-se uma missão
0273 - técnica ao Brasil e em dezembro do mesmo ano a famosa
0274 - Reunião de Genebra, em que foram apresentados 4 grandes docu-
0275 - mentos: uma proposta, **uma nota técnica** de uma proposta do
0276 - Banco Mundial, **o relatório de trabalho** da missão técnica que
0277 - tinha feito o desenho deste programa, e o **comunicado da**
0278 - **Declaração dos Governadores da Amazônia**. g) naquela reunião
0279 - ficou decidido que a fase inicial do Programa, em vez de 1/2
0280 - bilhão de dólares, envolveria 250 milhões de dólares e seria
0281 - ampliada de 2 para 3 anos; que a administração do Programa
0282 - Piloto, no plano internacional, ficaria com o Banco Mundial
0283 - e, no Brasil, seria implementado pela então Secretaria de

0284 - Meio Ambiente da Presidência da República, hoje Ministério
0285 - do Meio Ambiente, que tinha para coordená-lo uma comissão
0286 - formada por diversos ministérios e 3 organizações não
0287 - governamentais. h) também ficou configurado, definitiu
0288 - vamente, o desenho do Programa Piloto com um subprograma de
0289 - política de recursos naturais; um subprograma de adminisu
0290 - tração de recursos naturais e unidades de conservação; um
0291 - subprograma de ciência e tecnologia e um subprograma de
0292 - projetos demonstrativos. (Diversas apresentações de transpau
0293 - rências no projetor). O Programa, como foi desenhado, tinha
0294 - como objetivo demonstrar a viabilidade do crescimento do
0295 - desenvolvimento sócio-econômico com o atendimento de
0296 - requisitos ambientais, principalmente no que diz respeito às
0297 - florestas tropicais. i) o objetivo desse Programa é ajudar a
0298 - preservar os recursos genéticos das florestas tropicais,
0299 - reduzir a contribuição das florestas tropicais ao efeito
0300 - global de carbono e oferecer nova oportunidade de cooperação
0301 - entre países desenvolvidos e em desenvolvimento quanto aos
0302 - assuntos ambientais; j) a base legal do Programa é o Decreto
0303 - Presidencial 563, de 5 de junho de 1992, que criou a
0304 - Comissão de Coordenação, citada anteriormente, a nível de
0305 - Governo Brasileiro e do Programa participam o Brasil,
0306 - Alemanha, Canadá, França, Inglaterra, Itália, Japão, Comisu
0307 - são da Comunidade Econômica Européia, países baixos e o
0308 - Banco Mundial como agente financeiro; desses países, o maior
0309 - doador ao Fundo de Cooperação Bilateral é a Alemanha,
0310 - seguida pela Comissão da Comunidade Econômica Européia; e os
0311 - demais países fazem muita cooperação e alguns quase que
0312 - exclusivamente em cooperação bilateral. l) o gerenciamento

0313 - do Programa é feito pelo Ministério do Meio Ambiente e conta
0314 - com uma comissão coordenadora que tem funções deliberativa e
0315 - de assessoramento ao implementador do projeto, do qual fazem
0316 - parte o Ministério da Integração Regional, a Secretaria de
0317 - Assuntos Estratégicos, o Ministério da Justiça, através da
0318 - Funai, a Procuradoria Geral da Fazenda, o Ministério da
0319 - Ciência e Tecnologia e o Ministério das Relações Exteriores,
0320 - através dos Departamentos de Meio Ambiente e de Cooperação
0321 - Técnica e Científica, e ONG's da Amazônia e da Mata
0322 - Atlântica. Em termos administrativos a situação atual desse
0323 - Programa é a seguinte: foi criada uma Comissão Coordenadora,
0324 - que faz a grande coordenação de acompanhamento, avaliação e
0325 - subsídios para os órgãos executores; uma Secretaria-Exe
0326 - cutiva que é o Ministério do Meio Ambiente, que acumula a
0327 - Presidência da Comissão e sete secretarias técnicas para a
0328 - coordenação e execução desses projetos, sendo que o
0329 - Ministério do Meio Ambiente tem duas secretarias técnicas,
0330 - porque um dos projetos é feito em parceria com as ONG's da
0331 - Amazônia e da Mata Atlântica. m) os projetos do Programa
0332 - estão classificados em estruturais e demonstrativos. n) São
0333 - projetos estruturais: 1) o **Subprograma de Política de**
0334 - **Recursos Naturais**, composto do "Projeto de Zoneamento
0335 - Ecológico Econômico", "Monitoramento e Vigilância", "Contro
0336 - le e Fiscalização", "Fortalecimento Institucional dos Órgãos
0337 - Estaduais de Meio Ambiente da Amazônia" e o "Projeto de
0338 - Educação Ambiental"; no que diz respeito aos quatro
0339 - primeiros, os mesmos já estão como as concepções básicas
0340 - aprovadas pela Comissão Coordenadora Brasileira e já foram
0341 - enviados ao Banco Mundial para análise, na 3ª semana de

0342 - abril próximo passado; o Projeto de Educação Ambiental,
0343 - deverá ser proposto no 2º semestre desse ano; 2) é o
0344 - **Subprograma de Unidades de Conservação e Manejo de Recursos**
0345 - **Naturais**, composto por seis grandes projetos: "Parques e
0346 - Reservas", "Manejo de Recursos Naturais", "Recuperação de
0347 - Área Degradada", "Reservas Indígenas", "Florestas Nacionais"
0348 - e "Reservas Extrativistas". Os três primeiros serão,
0349 - propostos no 2º semestre deste ano e os três últimos já
0350 - foram aprovados pela Comissão Coordenadora e enviados ao
0351 - Banco Mundial; atualmente estão na fase de detalhamento
0352 - prevendo-se a sua efetividade no final desse semestre e
0353 - começo do outro devido ao trâmite burocrático entre o Banco
0354 - Mundial e o governo brasileiro; 3) o **Subprograma de Ciência**
0355 - **e Tecnologia**, que é composto por dois projetos dos quais são
0356 - centros de excelência o "Museu Emílio Goudi no Estado do
0357 - Pará, em Belém" e o "Instituto Nacional de Pesquisa - INPA,
0358 - em Manaus"; esses projetos já estão em fase de detalhamento
0359 - e o outro é o "Projeto de Pesquisa Dirigida" que também já
0360 - está em fase de detalhamento para avaliação final. o) são
0361 - **Projetos Demonstrativos: 1) o Projeto Demonstrativo A**, que é
0362 - feito com as ONG's da Amazônia e já estamos detalhando a
0363 - complementação do mesmo na parte da Mata Atlântica com as
0364 - ONG's, governos estaduais e Ministério de Ciência e
0365 - Tecnologia. Por fim o Secretário-Executivo destacou as
0366 - dificuldades encontradas pela atual equipe do Ministério do
0367 - Meio Ambiente, no início de sua gestão, visto o descrédito
0368 - em que se encontrava diante dos países doadores diante do
0369 - impasse do Programa ir ou não avante, devido a uma série de
0370 - atropelos administrativos que houve no Brasil, não só na

0371 - área ambiental mas na própria esfera do Governo Federal; o
0372 - IBAMA nos últimos dois anos tinha passado por uma série de
0373 - administrações distintas; a Secretaria do Meio Ambiente idem
0374 - e houve mudanças até na Presidência da República, coisa não
0375 - muito comum, com o "impeachment" do Presidente. Portanto, o
0376 - Programa não possuía a devida credibilidade para sua
0377 - implementação e foi necessário o Senhor Ministro fazer uma
0378 - reunião com todos os embaixadores dos 7 países e da
0379 - Comunidade Econômica Européia, solicitando-lhes dois meses
0380 - de prazo para efetivação do Programa, que isso exigiu, não
0381 - só por parte do Ministério do Meio Ambiente mas de todos os
0382 - Ministérios envolvidos, um esforço extremamente grande para
0383 - demonstrar viabilidade deste Programa; que é importante o
0384 - Programa ser conduzido com firmeza e vontade política como
0385 - vem sendo pelo Ministério do Meio Ambiente no sentido de não
0386 - permitir que o mesmo se transforme numa mera massa de
0387 - recursos financeiros com uma somatória de projetos que não
0388 - levam necessariamente a um Programa. 2) sobre o Programa de
0389 - **Biodiversidade Biológica** o expositor fez os seguintes desta
0390 - ques: a) que o próprio título do Programa já gera problemas
0391 - pois há algumas correntes que não reconhecem o termo "biodi
0392 - versidade" e preferem chamá-lo "diversidade biológica"; b)
0393 - que o Programa estava praticamente perdido e as negociações
0394 - mais difíceis tiveram que ser empreendidas visto que a
0395 - principal dificuldade residia no fato de que havia uma
0396 - imposição, aceita em negociações anteriores, no sentido de
0397 - que o Programa só seria feito se o governo abrisse mão de
0398 - suas prerrogativas e entregasse os recursos a uma determi
0399 - nada organização não governamental, não conservacionista,

0400 - para fazer a parte do governo; que o Governo Federal tem
0401 - todo interesse em trabalhar em parceria mas não aceita ser
0402 - substituído em suas funções específicas de Estado; que tal
0403 - situação gerou fortes pressões e reações de alguns membros
0404 - do Poder Executivo, do Parlamento Brasileiro, de ONG's
0405 - nacionais e internacionais havendo necessidade de uma inter
0406 - venção pessoal por parte do Excelentíssimo Senhor Ministro
0407 - do Meio Ambiente junto à Diretoria do Banco Mundial,
0408 - deixando claro que o Governo Brasileiro não aceitava imposi
0409 - ções daquele Banco no que se referia a modelos conceituais
0410 - do Programa em discussão; nesse sentido ficou acertado que o
0411 - Programa seria desenvolvido baseado na premissa da efetiva
0412 - proteção, recuperação e utilização da diversidade biológica
0413 - brasileira como fauna, flora e micro-organismos; que esse
0414 - foi o desenho conceitual que realmente se imprimiu ao
0415 - Programa, tendo como objetivo eventual, caracterizar e moni
0416 - torar a diversidade biológica, estimular o valor econômico
0417 - da mesma e conservá-lo para uma utilização sustentável
0418 - desses recursos bióticos; **c)** algumas das metas do Programa
0419 - são: munir o Brasil de instrumentos adequados, promover
0420 - parceria do governo com a sociedade nacional de um modo
0421 - geral, com a iniciativa privada, com as comunidades rurais,
0422 - para uma adequada percepção do valor da biodiversidade,
0423 - orientar as comunidades rurais, dotar o governo e a socie
0424 - dade de informações sobre o patrimônio genético do Brasil
0425 - contribuindo efetivamente para a melhoria da qualidade de
0426 - vida da população brasileira; **d)** devido às características
0427 - peculiares deste Programa e das dificuldades já relatadas, o
0428 - Ministério do Meio Ambiente teve que assumir diretamente a

0429 - gerência e a execução do mesmos; e quanto a implementação,
0430 - será feita através de uma secretaria que está sendo criada e
0431 - será coordenado por uma comissão ao modelo do G7 com parti
0432 - cipação paritária do governo e da sociedade civil onde o
0433 - voto de qualidade será do coordenador que é o Ministro do
0434 - Meio Ambiente; e) em sua implantação o Programa compreende
0435 - duas fases: a de investimento e a de fomento; f) na fase de
0436 - investimento serão realizados Workshops para avaliar a
0437 - diversidade por biomas, tais como cerrado, caatinga, flo
0438 - resta amazônica e assim por diante, e a implementação de uma
0439 - rede de conservação de recursos genéticos com o estabeleci
0440 - mento de projetos pilotos; g) a fase seguinte, que é a de
0441 - fomento dependerá diretamente dos resultados obtidos na fase
0442 - de investimento, ou seja, o seu detalhamento agregará os
0443 - resultados dos Workshops somando o saber, a inteligência
0444 - nacional sobre a matéria; h) o custo do Programa está
0445 - estimado em 30 milhões de dólares em doação da GEF sendo que
0446 - 10 milhões são para projetos de investimentos e 20 milhões
0447 - de dólares para formar um fundo fiduciário de investimentos;
0448 - o governo brasileiro entraria com uma contra-partida também
0449 - de 20 milhões de dólares e os desembolsos de aplicação serão
0450 - apenas sobre os resultados deste fundo criando-se uma fonte
0451 - permanente de financiamento do Programa de Diversidade Bio
0452 - lógica Brasileira; i) quanto a gerência da parte financeira,
0453 - tanto dos recursos de investimento quanto do fundo fiduciá
0454 - rio, o governo brasileiro propôs ao Banco Mundial o nome da
0455 - FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos, que é um banco
0456 - de financiamento da ciência e tecnologia com larga experiên
0457 - cia; a FINEP foi escolhida com base nos critérios de confia

0458 - bilidade, operacionalidade e custos, entretanto, o Banco
0459 - Mundial se reservou o direito de analisar e comparar a indi
0460 - cação com outras propostas. Por fim, o Dr. Hugo de Almeida
0461 - informou que todas as etapas desse Programa até a presente
0462 - fase foram cumpridas pelo Governo Brasileiro segundo o crono
0463 - grama do próprio Banco Mundial que deverá se manifestar
0464 - sobre a proposta em breve. 3) sobre o Programa Nacional do
0465 - **Meio Ambiente** o expositor fez os seguintes destaques: a) que
0466 - realmente esse Programa teve uma fase de negociação bastante
0467 - tumultuada, não por culpa dos negociadores do sistema ambien
0468 - tal que de fato tinham um desenho conceitual bastante lógico
0469 - e uma proposta muito coerente, entretanto, por ser esse o
0470 - primeiro grande financiamento feito pelo Banco Mundial para
0471 - a área ambiental foi inevitável uma confusão nas negociações
0472 - para contemplar esse ou aquele projeto especificamente; que
0473 - como todos sabem é muito difícil se partir de um somatório
0474 - de projetos para um Programa que é correto e se estabelecer
0475 - uma política, um Programa e os projetos que materializam
0476 - aquela política e que no caso do PNMA, infelizmente, isso
0477 - não aconteceu e o tumulto foi inevitável, às vezes, pela
0478 - própria insegurança em lidar com Programas desse porte, com
0479 - as cláusulas e contratos de riscos, onde as limitações são
0480 - imensas para se agir por conta própria; que o Ministério
0481 - tentará, na medida da execução do PNMA, renegociar algumas
0482 - cláusulas para dar um pouco mais de flexibilidade dos execu
0483 - tores; b) o PNMA foi desenhado com os seguintes objetivos:
0484 - "fortalecimento institucional dos órgãos do SISNAMA",
0485 - "implantação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação"
0486 - e "proteção dos ecossistemas ameaçados"; essas três grandes

0487 - vertentes de proteção aos ecossistemas que é o gerenciamento
0488 - costeiro, o pantanal e a floresta atlântica, o desenvolvi
0489 - mento institucional que é o apoio aos órgãos do SISNAMA, a
0490 - educação ambiental, apoio às ações ambientais e fortaleci
0491 - mento do IBAMA e dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente da
0492 - Amazônia no financiamento de alguns equipamentos, de veícu
0493 - los e equipamentos de informática; (PS - em função do
0494 - adiantado da hora o Dr. Hugo de Almeida informou que ia
0495 - pular algumas fases desse Programa e se colocou à disposição
0496 - para fazê-lo em outra oportunidade mais detalhadamente). O
0497 - expositor concluiu informando que a Coordenação do Programa
0498 - tomou algumas medidas para corrigí-lo, elaborando manuais de
0499 - procedimento, treinando servidores do IBAMA, dos órgãos
0500 - executores, das superintendências e dos Estados. No que dis
0501 - respeito ao desenvolvimento institucional houve reformulação
0502 - e aperfeiçoamento no modelo institucional no Estado do Acre
0503 - e Maranhão, atualização da legislação ambiental em quatro
0504 - Estados, aquisição de equipamentos de informática e veículos
0505 - para todos os Estados da região, montagem do laboratório de
0506 - cartografia em cinco Estados e elaboração dos projetos com
0507 - as prefeituras de Goiás, Parati e Tiradentes com respeito a
0508 - sítios históricos. No que diz respeito a unidades de conser
0509 - vação, foi feito o aparelhamento e manutenção de 45 unidades
0510 - de conservação, através de veículos, barcos, construção e
0511 - reforma de instalações, levantamento fundiário e demarcação
0512 - das unidades: Chapada dos Guimarães, Grande Sertão Veredas,
0513 - Reserva Biológica do UNA (e atualização em campo dos dados
0514 - cadastrais de outras 45 unidades, visto que foram escolhidas
0515 - 50 unidades entre as 150 de propriedade do IBAMA. Também

0516 - foram elaborados os manuais e os critérios de seleção dessas
0517 - Unidades, o manual de procedimentos para o plano de manejo
0518 - em 25 dessas unidades, com proteção dos ecossistemas e
0519 - tivemos como resultado a revisão da metodologia da elabora
0520 - ção do plano de conservação do Alto Paraguai; os planos de
0521 - fiscalização de fauna e flora no Pantanal e Floresta Atlân
0522 - tica, desenvolvimento de campanha de educação ambiental,
0523 - construção e montagem do laboratório de qualidade ambiental;
0524 - escritórios regionais também no Pantanal, e aquisição de
0525 - equipamentos de unidade de conservação estadual na área da
0526 - Floresta Atlântica. Finalmente temos como recurso desse
0527 - Programa um total de 166,4 milhões sendo 117 do financia
0528 - mento do BIRD, 31,3 milhões da contrapartida da União, 16,3
0529 - da KFW que é o que vale 10,30%, respectivamente. Apesar de
0530 - todos esses aperfeiçoamentos feitos no PNMA os resultados
0531 - realmente devido ao pequeno espaço de tempo não se fizeram
0532 - sentir ainda em grandes quantidades. O ano de 1993 será o
0533 - grande ano de implementação de efetivar as ações previstas
0534 - no PNMA, e onde ele se consolidará definitivamente. O Presi
0535 - dente agradeceu as informações prestadas pelo Conselheiro
0536 - Hugo de Almeida informando ao Plenário que debates e pedidos
0537 - de esclarecimentos adicionais seriam realizados logo após
0538 - esgotar a Ordem do Dia desta sessão e, a seguir, submeteu ao
0539 - Plenário o item 03 da Pauta que trata de leitura, discussão
0540 - e votação da Ata da Reunião Anterior. O Secretário-Executivo
0541 - do CONAMA em exercício pediu a palavra para solicitar a
0542 - dispensa da leitura da Ata visto que a mesma havia sido
0543 - distribuída com antecedência de 15 (quinze) dias a todos os
0544 - Conselheiros conforme consta às páginas 005 a 048 da Pauta

0545 - desta Sessão. Havendo aquiescência por parte do Presidente e
0546 - do Plenário e não havendo emendas o Presidente submeteu à
0547 - votação dos Conselheiros a **Ata da XXXIII Reunião Ordinária**
0548 - **do CONAMA que foi aprovada por unanimidade** dos membros
0549 - presentes. Passando ao item 04 da Pauta desta Sessão o
0550 - Presidente concedeu a palavra ao Senhor Secretário-Executivo
0551 - para leitura do expediente e comunicações da Ordem do Dia.
0552 - Fazendo uso da palavra, o Secretário-Executivo cumprimentou
0553 - a todos e esclareceu que: 1) a Secretaria-Executiva do
0554 - CONAMA recebera algo em torno de trinta matérias/assuntos
0555 - com vistas a esta Sessão; 2) todas as matérias foram distri
0556 - buídas às unidades técnicas e jurídica da Secretaria-Executu
0557 - tiva e às Câmaras Técnicas Pertinentes e que as mesmas foram
0558 - pautadas para o Plenário ou respondidas diretamente; 3) os
0559 - atos aprovados na reunião anterior referentes à resoluções,
0560 - moções e encaminhamentos diversos foram todos elaborados,
0561 - referendados pelo Presidente do Conselho e pelo Secretário-
0562 - Executivo, e respectivas competências, publicados no D.O.U
0563 - ou Boletim Interno e enviados aos respectivos destinatários;
0564 - 4) no que se refere às matérias enviadas pelos Conselheiros,
0565 - seis processos foram considerados concluídos, preparados e
0566 - submetidos à deliberação do Plenário e que constituem a
0567 - Ordem do Dia desta Sessão; 5) para preparar a Ordem do Dia
0568 - foram realizadas sete reuniões de Câmaras Técnicas e que os
0569 - pareceres daquelas Câmaras foram incluídos na Pauta junta
0570 - mente com as matérias, conforme consta nas proposições de
0571 - encaminhamento de matérias; 6) os relatórios das Câmaras
0572 - Técnicas e Jurídica, na íntegra distribuídos a todos os
0573 - Conselheiros juntamente com os cartões de votação e que os

0574 - mesmos serão apresentados ao Plenário, no momento oportuno
0575 - em que as matérias forem discutidas, pelos seus respectivos
0576 - Presidentes ou por relatores por eles designados; 4) caso os
0577 - Conselheiros estejam particularmente interessados em alguma
0578 - das demais matérias que não constam da Ordem do Dia, a
0579 - Secretaria-Executiva se coloca à disposição para informar
0580 - pontualmente sobre os encaminhamentos e andamento das
0581 - questões; 8) que, por fim, gostaria de destacar, esclarecer
0582 - e informar sobre duas questões encaminhadas na reunião ante
0583 - rior com pedido de regime de urgência e remetidos à Secreta
0584 - ria-Executiva para elaborar relatório, fazer verificação e
0585 - preparar informação ao Plenário na forma que consta às
0586 - linhas 1056 a 1105 e linhas 1163 a 1178, pág. 041 e 045,
0587 - respectivamente, da Ata da Reunião anterior: **a) matéria**
0588 - **encaminhada pela Conselheira Representante das Entidades**
0589 - **Ambientalistas da Região Sudeste sobre a Reserva Biológica e**
0590 - **Arqueológica de Guaratiba:** que cumprindo encaminhamento do
0591 - Plenário, o Ministério do Exército foi oficiado sobre a
0592 - existência da Moção e solicitado a se pronunciar a respeito
0593 - do assunto e o parecer/relatório do IBAMA sobre a matéria
0594 - será apresentado oportunamente ao Plenário; **b) Moção enca**
0595 - **minhada pelo Conselheiro Representante das Entidades Ambien**
0596 - **talistas da Região Nordeste sobre o Projeto Barragem do**
0597 - **Castanhão:** que também cumprindo encaminhamento do Plenário,
0598 - o IBAMA elaborou relatório/parecer preliminar sobre o assun
0599 - to que ora coloca à disposição do Conselheiro e o relatório
0600 - conclusivo da Secretaria-Executiva sobre o assunto será
0601 - apresentado oportunamente ao Plenário. Retomando a palavra,
0602 - o Presidente agradeceu as informações prestadas pelo Dr.

0603 - Humberto Lacerda, Secretário-Executivo do CONAMA, e informou
0604 - aos Conselheiros que os mesmos teriam oportunidade de discu
0605 - tir e solicitar esclarecimentos adicionais sobre as informa
0606 - ções prestadas pela Secretaria-Executiva tão logo se esgo
0607 - tasse a Ordem do Dia. A seguir, o Presidente solicitou aos
0608 - Conselheiros que encaminhassem à mesa, por escrito, os
0609 - assuntos com pedido de regime de urgência esclarecendo que
0610 - os mesmos seriam submetidos à discussão e deliberação do
0611 - Plenário, após esgotar a Ordem do Dia. Passando à Ordem do
0612 - Dia, o Presidente submeteu ao Plenário seis proposições a
0613 - seguir destacadas: **Item 6.1 da Ordem do Dia** que trata de
0614 - proposta de Resolução determinando que passam a ser de cará
0615 - ter emergencial, para fins de zoneamento e proteção, todas
0616 - as áreas e formações nativas de restinga e torna obrigatório
0617 - o licenciamento ambiental para todas as atividades, obras,
0618 - planos e projetos a serem instalados nessas áreas, encami
0619 - nhada pela Conselheira Titular Representante das Entidades
0620 - Ambientalistas da Região Sudeste. Após muita discussão e
0621 - polêmica **foi aprovado o Substitutivo apresentado pela Câmara**
0622 - **Técnica de Ecossistemas** na forma que consta da página 051 da
0623 - Pauta desta Sessão com emenda, apresentada e aprovada em
0624 - Plenário no sentido de acrescentar parágrafo único ao art.
0625 - 2º da proposta de Resolução que passa a ter a seguinte reda
0626 - ção: "Art. 2º **As atividades, as obras, os planos e os pro**
0627 - **jetos a serem instalados nas áreas de restinga serão obriga**
0628 - **toriamente objeto de licenciamento ambiental pelo órgão**
0629 - **estadual competente. Parágrafo único. Excetua-se do disposto**
0630 - **no caput deste artigo as atividades, obras, planos e proje**
0631 - **tos a serem instalados na faixa de 300 (trezentos) metros**

0632 - considerada de preservação permanente de que trata o art. 3º
0633 - alínea "b", da Resolução/CONAMA/nº 004/85." Item 6.2 da
0634 - Ordem do Dia que trata de proposta de Resolução criando a
0635 - Câmara Técnica Temporária para Assuntos da Mata Atlântica
0636 - com o objetivo específico de elaborar e propor a regulamen
0637 - tação do art. 6º do Decreto nº 750, de 10/fev/93, que dispõe
0638 - sobre o corte, a explanação e a supressão de vegetação primá
0639 - ria ou nos estágios avançados e médio de regeneração da Mata
0640 - Atlântica e dá outras providências, elaborada e encaminhada
0641 - pela Câmara Técnica de Ecossistemas. **A proposta foi aprovada**
0642 - na forma que consta às páginas 075 e 076 da Pauta desta
0643 - Sessão, porém, considerando a polêmica gerada em Plenário no
0644 - que se refere a composição da mencionada Câmara, foi apro
0645 - vada proposição do Conselheiro Representante do Governo do
0646 - Estado de Minas Gerais no sentido de que fosse atribuído
0647 - voto de confiança e delegação de competência ao Presidente
0648 - do CONAMA para fazer a composição da Câmara ad referendum do
0649 - Plenário. O Presidente do CONAMA agradeceu o voto de con
0650 - fiança e solicitou aos Conselheiros que encaminhassem à mesa
0651 - suas propostas de composição ou manifestações de interesse
0652 - em participar da recém criada Câmara Técnica. O Conselheiro
0653 - Luciano Teodoro Marques, Representante do Governo do Estado
0654 - do Rio Grande do Sul, encaminhou à mesa, por escrito, indica
0655 - ção do Governo do Estado do Paraná para integrar a composi
0656 - ção da Câmara Técnica que irá tratar da regulamentação do
0657 - art. 6º do Decreto nº 750/93 que dispõe sobre a Mata Atlân
0658 - tica. A proposição do Conselheiro Luciano Marques foi também
0659 - assinada pelos Conselheiros Representantes dos Governos dos
0660 - Estados do Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Minas

0661 - Gerais, Ceará, Maranhão, Bahia, Paraná e Mato Grosso do Sul.
0662 - O Conselheiro Durval Freirer Olivieri, Representante do
0663 - Governo do Estado da Bahia, encaminhou à mesa, por escrito,
0664 - indicação da Conselheira Fernanda Colagrossi, Representante
0665 - da APANDE e das Entidades Ambientalistas da Região Sudeste
0666 - para integrar a composição da recém criada Câmara Técnica
0667 - sobre Mata Atlântica. A proposição do Conselheiro Durval
0668 - Olivieri foi também assinada pelos Conselheiros Representanu
0669 - tes dos Governos dos Estados do Rio Grande do Norte, Ceará,
0670 - Minas Gerais, Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Santa
0671 - Catarina, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro, Sergipe,
0672 - Paraíba, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio
0673 - Grande do Sul; pelos Conselheiros Representantes das Entidau
0674 - des Ambientalistas das Regiões Nordeste e Centro-Oeste;
0675 - pelos Conselheiros Representantes da CNTI e do IBS e pelos
0676 - Conselheiros Representantes dos Ministério da Educação,
0677 - Ministério da Aeronáutica, Ministério de Minas e Energia,
0678 - Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda, Secretaria
0679 - de Planejamento da Presidência da República - SEPLAN e do
0680 - IBAMA. O Presidente da Câmara de Assuntos Jurídicos, em
0681 - exercício, encaminhou à mesa fax enviado àquela Câmara com
0682 - indicação dos Conselheiros Jairo Cortez Costa e Carlos
0683 - Cardoso Aveline, Representantes da FBCN e UPAN, respectivau
0684 - mente, para integrar a composição da Câmara Técnica sobre
0685 - Mata Atlântica. A mensagem foi assinada pelas entidades
0686 - pertencentes à Rede de Mata Atlântica a seguir relacionadas:
0687 - Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais, Fundação SOS
0688 - Mata Atlântica, Sociedade Nordestina de Ecologia, Fundação
0689 - Biodiversitas, Grupo de Estudos Espeleológicos do Paraná,

0690 - Sociedade Pesquisa Vida Selvagem e Educação Ambiental,
0691 - Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, Movi
0692 - mento Ecológico Mater Natura, Fundação Pau Brasil, Associa
0693 - ção Pró-Natureza de Penedo e Grupo Ambientalista da Bahia. O
0694 - Conselheiro Carlos Aveline solicitou que constasse em Ata
0695 - sua manifestação favorável à inclusão da APANDE na composi
0696 - ção da Câmara sobre Mata Atlântica. **O item 6.3 da Ordem do**
0697 - **Dia** que trata de proposta de Resolução estabelecendo crité
0698 - rios a serem observados quando do repasse de recursos finan
0699 - ceiros federais e internacionais, destinados à área de meio
0700 - ambiente, para outras instituições federais, estaduais e
0701 - municipais, encaminhada pelo Conselheiro Titular Represen
0702 - tante das Entidades Ambientalistas da Região Nordeste, foi
0703 - **remetido para a Pauta da próxima reunião**, com vistas a que a
0704 - Câmara de Assuntos Jurídicos se manifestasse sobre a matéria
0705 - uma vez que não foi possível fazê-lo para a presente sessão.
0706 - **O item 6.4 da Ordem do Dia** que trata de proposta de Moção,
0707 - encaminhada pelo Conselheiro Suplente Representante do
0708 - Governo do Estado da Bahia, solicitando ao Ministro do Meio
0709 - Ambiente que convoque uma imediata e enérgica atuação das
0710 - instituições federais competentes visando controlar a polui
0711 - ção do mar territorial brasileiro provocada por derramamento
0712 - de petróleo e óleos afins, incluindo a apuração de responsa
0713 - bilidade daqueles que dirigem a produção e trnsporte de
0714 - petróleo no Brasil foi aprovado por unanimidade dos Conse
0715 - lheiros presentes, na forma que consta da página 088 da
0716 - Pauta desta sessão. **O item 6.5 da Ordem do Dia** que trata de
0717 - proposta de Moção, encaminhada pelo Conselheiro Suplente
0718 - Representante do Governo do Estado do Espírito Santo, solu

0719 - citando aos Ministros do Meio Ambiente e das Relações Exte
0720 - riores que, em respectivas competências, movam ações no
0721 - sentido de coibir a pesca ilegal e predatória no Brasil e
0722 - solicita ao CONAMA definição e estabelecimento de critérios
0723 - para o licenciamento da atividade pesqueira executada por
0724 - embarcações de grande porte, **foi aprovada por unanimidade**
0725 - **dos membros presentes** na forma que consta à pág. 093 da
0726 - Pauta. Após discutir e debater o assunto a que se refere o
0727 - **item 6.6 da Ordem do Dia** que trata de proposta de Resolução
0728 - que define e estabelece normas mínimas a serem obedecidas no
0729 - tratamento dos resíduos sólidos gerados nos estabelecimentos
0730 - prestadores de serviços de saúde, portos, aeroportos, termi
0731 - nais ferroviários e terminais rodoviários, elaborada e enca
0732 - minhada pela Secretaria-Executiva em cumprimento ao disposto
0733 - na Resolução/CONAMA/nº 006/91. O Plenário acatou encaminha
0734 - mento sugerido pelo Presidente do Conselho no sentido de que
0735 - **a matéria fosse remetida à Câmara de Assuntos Jurídicos** para
0736 - consolidar as propostas e pareceres das Câmaras Técnicas que
0737 - analisaram o mérito da questão, e após o que, a matéria
0738 - deveria retornar ao Plenário para deliberação em sessão
0739 - extraordinária. Esgotada a Ordem do Dia o Presidente subme
0740 - teu ao Plenário os assuntos encaminhados no início da sessão
0741 - com pedido de urgência: 1) proposta apresentada pelo Conse
0742 - lheiro Representante do Governo do Estado da Bahia, no
0743 - sentido de enviar Moção aos Excelentíssimos Senhores Minis
0744 - tros responsáveis pelas pastas dos Transportes e Meio
0745 - Ambiente dando-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor
0746 - Presidente da República solicitando: a) que considerem a
0747 - situação da BR 116 na Rio/Bahia, nos trechos Jacuaquara/Rio

0748 - Paraguaçu, entre pólos químicos e petroquímicos de São
0749 - Paulo, Alagoas, Sergipe e Bahia; b) que determinem a
0750 - imediata recuperação dos trechos críticos e a construção de
0751 - variantes contingenciais de modo a reinstaurar a segurança
0752 - civil mínima aceitável até que a rodovia possa sofrer recons
0753 - trução e readequação aos padrões técnicos para o tráfego
0754 - efetivo; c) que se promova a apuração das responsabilidades
0755 - e aplicação das medidas administrativas cabíveis, se preciso
0756 - aplicando a legislação ambiental para punição dos fatores. A
0757 - **proposta de Moção foi aprovada por unanimidade.** 2) **proposta**
0758 - **de Moção apresentada pelo Conselheiro Representante do**
0759 - **Governo do Estado de Minas Gerais,** contendo solicitação do
0760 - Congresso Nacional no sentido de que: a) a tramitação do
0761 - Projeto de Lei nº 2.249/91, que dispõe sobre Política Nacio
0762 - nal de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Geren
0763 - ciamento de Recursos Hídricos, se faça através de discussão
0764 - democrática com a sociedade; b) que as Comissões de Defesa
0765 - do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias e de Minas e Energia
0766 - promovam audiências públicas de âmbito regional, para divul
0767 - gação e oportunidades de manifestação sobre o Projeto, a
0768 - serem por fim debatidas também em audiência pública nacional
0769 - a realizar-se na Câmara dos Deputados, com a participação do
0770 - CONAMA e que para a realização das audiências regionais
0771 - sugerimos a utilização dos órgãos estaduais de meio ambiente
0772 - e de recursos hídricos; c) que o CONAMA promova reunião
0773 - específica para discussão do Projeto de Lei nº 2.249/91,
0774 - convidando para isso o Departamento Nacional de Água e
0775 - Energia Elétrica - DNAEE do Ministério de Minas e Energia. A
0776 - discussão em torno dessa proposta gerou muita polêmica em

0777 - Plenário e após os acertos que culminaram com a redação
0778 - supra transcrita, **a Moção foi aprovada** por unanimidade. 3)
0779 - **proposta de Moção**, encaminhada pela Conselheira Represen
0780 - tante das Entidades Ambientalistas da Região Sudeste solici
0781 - tando à Presidência e Secretaria-Executiva do CONAMA que
0782 - façam informar ao Ministério da Agricultura sobre solicita
0783 - ção pelo Plenário do CONAMA, no sentido de editar norma
0784 - proibindo as corridas de cães no território nacional. A
0785 - proposta e os documentos encaminhados pela Conselheira foram
0786 - remetidos à Secretaria-Executiva para, em **tramitação**
0787 - **normal**, instruir o processo. 4) o Conselheiro Fernando César
0788 - Mesquita, Representante do Governo do Estado do Maranhão,
0789 - solicitou encaminhamento em regime de urgência para as
0790 - grandes questões que denuncia e especifica a saber: a) que o
0791 - Governador Edson Lobão lhe dera a missão de encaminhar ao
0792 - CONAMA o pedido de solução urgente para o problema da pesca;
0793 - que o mesmo está sendo pressionado legitimamente, e com toda
0794 - razão, pela Assembléia Legislativa, pelas federações de
0795 - pescadores e pelas não governamentais sobre a pesca predató
0796 - ria que vem sendo praticada no litoral maranhense; que já
0797 - não se refere mais, sequer, a pesca de alto mar realizada
0798 - dentro da zona exclusiva econômica mas, sim, às peculiari
0799 - dades do Estado do Maranhão que possui 640 km de litoral,
0800 - que tem em seu território na parte litorânea 2/3 (dois
0801 - terços) dos manguezais existentes no Brasil, algo em torno
0802 - de 20 baías, 20 bacias hidrográficas e mais de 400 ilhas;
0803 - que não existe nenhuma empresa de pesca no Maranhão mas
0804 - somente pescadores artesanais onde mais de 600 mil pessoas
0805 - vivem, direta ou indiretamente, da pesca artesanal e isso

0806 - faz com que aquele Estado tenha uma característica muito
0807 - especial pois são pessoas que tiram o seu sustento da pesca;
0808 - que no Maranhão não se discursa muito em desenvolvimento
0809 - sustentado pois tem que se pensar é no sustento das pessoas
0810 - que estão trabalhando naquilo que é a razão de ser da sua
0811 - sobrevivência; que 100 (cem) embarcações do Estado do Pará e
0812 - todas as embarcações de D. Eliza, a famosa Pirata do Ceará,
0813 - e embarcações de outros Estados pescam permanentemente no
0814 - litoral do Maranhão; que toda a lagosta que o Estado do
0815 - Ceará diz que produz (quase toda pois já acabaram com a
0816 - lagosta de lá) na verdade vem do Estado do Maranhão; que
0817 - essas embarcações piratas, durante o ano todo, não pescam
0818 - fora, nem o menos na faixa de 200 (duzentas) milhas, pois na
0819 - verdade entram nas três milhas que não são permitidas pela
0820 - legislação em vigor; que onde dá calado os arrastões estão
0821 - entrando e o pescador artesanal está vendo desaparecer o
0822 - produto, o pescado que lhe dá sustento; que o Governo do
0823 - Estado do Maranhão não está querendo discutir aqui e agora
0824 - uma ampla política de pesca nem tão pouco as providências
0825 - para tornar efetiva as ZEE's como domínio do Brasil, mas
0826 - sim, solicitar uma providência mínima que seja, que tem que
0827 - ser tomada de imediato para resolver os problemas das famí
0828 - lias que estão abandonando a pesca porque não estão encon
0829 - trando mais o pescado, e o que é mais grave, diante da falta
0830 - de uma providência enérgica para solucionar o problema, o
0831 - pescador artesanal está apelando para tudo que é possível
0832 - para ter o pescado e está fazendo também uma pesca predató
0833 - ria; que não é possível impedir essa atitude do pescador
0834 - artesanal pois as pessoas estão morrendo de fome, estão

0835 - plantando maconha, estão abandonando a pesca para atuar em
0836 - outra atividade quando não vão ser marginais; que a SEMATUR
0837 - e o IBAMA tem discutido o problema do Maranhão e já chegaram
0838 - inclusive a apontar algumas soluções objetivas; que o
0839 - Governo do Estado está disposto a colocar seus aviões no
0840 - patrulhamento ostensivo da costa/litoral mas é necessário
0841 - ter uma embarcação que inclusive já foi até estpecificada
0842 - pela SUPES/IBAMA-MA; que essa embarcação não custa mais que
0843 - 150 milhões de dólares, que poderia perfeitamente fazer a
0844 - fiscalização que já se tentou fazer com embarcações de
0845 - pequeno porte e não deu resultados; os arrastões saem veloz
0846 - mente; são 100 a 150 arrastões permanentemente no litoral
0847 - maranhense e os senhores bem podem imaginar o que isso
0848 - representa; já nem quero mencionar a chamada "fauna acompa
0849 - nhante", onde para cada quilo de camarão que eles pescam,
0850 - sete são botados fora e até hoje não se encontrou solução
0851 - para isso. Sabemos que praticamente não existe uma solução
0852 - tecnicamente viável para isso, mas além da fauna acompanhan
0853 - te, da degradação que eles estão fazendo, há o grave fato de
0854 - que isso está ocorrendo, impunemente, dentro das três milhas
0855 - de restrição marítima. Este é um apelo que trazemos em nome
0856 - do Governo Maranhense porque precisamos de uma providência
0857 - urgente; porque já há uma ameaça no Estado de se entrar com
0858 - um tipo de ação legal na justiça para se encontrar uma solu
0859 - ção real. 2) **Outro assunto é a questão da Reserva Biológica**
0860 - **de Gurupi-MA:** já estamos cansados de ouvir falar em bilhões
0861 - e bilhões de dólares e esse dinheiro parece que nunca
0862 - aparece; a Reserva Ecológica do Gurupi tem uma importância
0863 - fundamental na faixa de transição entre o Nordeste e a Amazô

0864 - nia, eu já disse aqui nessa reunião do CONAMA, nesse mesmo
0865 - CONAMA, são 60 caminhões que saem semanalmente da Reserva
0866 - Biológica do Gurupi carregados de madeira; eu não quero
0867 - falar nada contra o Estado do Sr. Ministro, mas vai tudo
0868 - para o Pará, para a Paragominas; o Pará está saqueando o
0869 - Maranhão, pois vão para lá e não há nenhum controle; nós já
0870 - propusemos soluções práticas como construir casas em pontos
0871 - estratégicos ou colocar veículos e o Governo do Maranhão
0872 - coloca batalhão florestal na Reserva Ecológico do Gurupi;
0873 - sabemos que já existe alguma coisa a nível internacional,
0874 - uma pressão em cima do Brasil, em cima do Maranhão, por
0875 - causa da Reserva Ecológica do Gurupi e isso tem que ser
0876 - resolvido porque realmente é um problema grave; são 60
0877 - caminhões que saem com madeira toda semana, os senhores
0878 - imaginam o que é isso numa reserva biológica? aquela área
0879 - que tem muito endemismo principalmente de aves, está sendo
0880 - devastada; estamos esperando os bilhões que virão do G7,
0881 - pois fazem dois anos que estamos lutando, pedindo uma provi
0882 - dência; não precisa fazer nenhuma consultoria milionária,
0883 - como virou moda aqui no IBAMA para dizer o óbvio; se
0884 - contrata consultoria milionária para dizer o que já está se
0885 - sabendo mesmo que ninguém seja dono da verdade. 3) **outra**
0886 - **questão é o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**, que é
0887 - uma coisa que interessa ao Maranhão pela sua beleza paisagís
0888 - tica, seu cenário e interesse turístico; estamos brigando a
0889 - dois anos para fazer o plano de manejo do parque e até agora
0890 - não se conseguiu nem um estudo técnico para que nós possamos
0891 - fazer turismo ecológico. 4) **outra questão é o Delta do**
0892 - **Parnaíba**: dois governadores de dois Estados, do Maranhão e

0893 - do Piauí, com as Superintendências do IBAMA e as não gover
0894 - namentais se reuniram e fizeram um esboço de um projeto de
0895 - desenvolvimento sustentável para o Delta do Parnaíba; são 83
0896 - ilhas, 79 no Maranhão e o restante do Piauí, num região de
0897 - rara beleza onde está havendo toda sorte de agressão ambien
0898 - tal, aos manguezais que são derrubados para plantar arroz,
0899 - para fazer a pecuária, para fazer a agricultura, além da
0900 - pesca predatória; nós fizemos um projeto, os dois governos,
0901 - e mandamos um esboço do projeto para o Ministério analisar;
0902 - ao invés Sr. Ministro, talvez não tenha chegado ao seu conhe
0903 - cimento, para dar um encaminhamento político, se discutir o
0904 - assunto, o Governador do Estado do Maranhão recebeu uma
0905 - resposta técnica, fazendo uma série de exigências financei
0906 - ras e detalhamento quando nós estávamos encaminhando para o
0907 - Ministro tomar conhecimento e, a nível de Ministro e de
0908 - Governo, se começar a estudar o assunto. 5) finalmente trago
0909 - novamente **a questão da reposição florestal** que é um assunto
0910 - que incomoda a todos nós; a minha administração tentou resol
0911 - ver; o IBAMA arrecada bilhões e bilhões no país inteiro;
0912 - cada árvore que é retirada e não se faz o replantio, paga-se
0913 - uma taxa de reposição ao IBAMA; esse dinheiro está vindo
0914 - para o IBAMA e não volta para os Estados; nós não queremos
0915 - tomar uma decisão de força na justiça ou tentar confrontar o
0916 - IBAMA com a legislação própria, que isso tem inconvenientes,
0917 - mas desde a administração da Drª Tânia Munhoz, ficou acerta
0918 - do que esse dinheiro ia voltar aos Estados e os Estados
0919 - estão sendo devastados; corta-se as árvores e ninguém faz
0920 - nada; no ano passado no Maranhão foram mais de 10 milhões
0921 - arrecadados que poderiam ser aplicados no replantio de

0922 - árvores nos próprios municípios onde houve a devastação.
0923 - Então esperamos que com a boa vontade de V.Excia. como
0924 - Ministro tem demonstrado, esses problemas sejam resolvidos.
0925 - Eu teria uma série de outras questões pontuais, mas prefiro
0926 - não cansar e me reservar para uma outra oportunidade quando
0927 - então apresentaremos objetivamente esses problemas, que não
0928 - são problemas transcendentais, são problemas muito locais e
0929 - que também afetam outros Estados. O Presidente agradeceu as
0930 - informações prestados pelo Conselheiro Fernando César
0931 - Mesquita e se comprometeu a tentar solucionar todos esses
0932 - problemas. A seguir, o Presidente abriu inscrições para os
0933 - Conselheiros se manifestarem no item 08 da Pauta - Palavra
0934 - Livre - e pediu licença ao Plenário para se retirar alguns
0935 - momentos em função de problemas emergentes que requeriam sua
0936 - atenção para resolver e passou à Presidência da mesa ao
0937 - Senhor Secretário-Executivo do CONAMA, Dr. Humberto
0938 - Cavalcante Lacerda. Pela ordem de inscrição se manifestaram
0939 - os seguintes Conselheiros: 1) **Conselheira Fernanda**
0940 - **Colagrossi** pediu para registrar em Ata sua manifestação
0941 - contra o encaminhamento aprovado pelo Plenário no que se
0942 - refere ao item 6.2 da Ordem do Dia da Pauta desta sessão, no
0943 - que diz respeito à composição da Câmara Técnica Temporária
0944 - para assuntos da Mata Atlântica. Entendeu a Conselheira que
0945 - a delegação de competência por parte do Plenário para o
0946 - Presidente do CONAMA iria agravar muito mais os problemas
0947 - que resolvê-los e por outro lado isso era um precedente sem
0948 - respaldo legal. A Conselheira solicitou ao Presidente da
0949 - Câmara de Assuntos Jurídicos, Dr. Sebastião Azevedo, que
0950 - fizesse a leitura dos arts. 8º e 9º do Decreto 99.274/90 e

0951 - do art. 9º do Regimento Interno do Conselho. 2) **Conselheiro**
0952 - **Almir Bressan Júnior** trouxe ao Plenário uma denúncia que já
0953 - saiu na imprensa nacional e que tomou certas proporções e
0954 - que diz respeito a assuntos que foram discutidos hoje nesse
0955 - Plenário, que é a questão da pesca predatória no mar territo_
0956 - rial brasileiro. Foi apreendida pelo IBAMA uma embarcação
0957 - espanhola pescando ilegalmente na costa do Ceará e essa
0958 - embarcação está apreendida pela Justiça do Estado e existe
0959 - um processo correndo, mas existe também um trabalho do
0960 - Deputado Renato Janson contrário a essa ação do IBAMA e
0961 - colocando essa questão como um problema diplomático inclu_
0962 - sive minimizando o problema que é muito grave e que nós
0963 - trazemos a esse Plenário na reunião passada e que hoje foi
0964 - aprovado e que também gostaria de colocar bem claro aqui que
0965 - nessa questão cabe também os nossos elogios ao Ministério do
0966 - Meio Ambiente e ao IBAMA pela ação enérgica tomada frente a
0967 - esse problema uma vez aqui denunciado e como ouvimos
0968 - diversas promessas que não são cumpridas, devemos registrar
0969 - elogios aquelas que são efetivadas. Imediatamente após
0970 - aquela reunião do CONAMA, em que houve a declaração do
0971 - Ministro que seria feito um trabalho do IBAMA para coibir
0972 - esse tipo de pesca predatória, que ocorre em todo território
0973 - brasileiro, essas medidas foram tomadas e logo agora que
0974 - essa medida foi tomada pelo IBAMA se quer abrir de imediato
0975 - uma linha de batalha por um parlamentar movido não sei por
0976 - que interesse, defender uma embarcação estrangeira que pesca
0977 - em nosso litoral e que acredito ser um problema do IBAMA e
0978 - talvez do Ministério das Relações Exteriores, que se trata
0979 - de assuntos que envolvem um dos países. Então eu vou colocar

0980 - aqui uma proposta de Moção que no momento oportuno, numa
0981 - próxima reunião e se possível retransmitir isso à imprensa
0982 - nacional desse repúdio do CONAMA, que eu submeteria a
0983 - apreciação de todos a ação do Parlamentar no sentido de
0984 - tentar inocentar a embarcação e de liberá-la, podendo compro
0985 - meter seriamente aos novos atos de fiscalização que forem
0986 - feitos desse tipo de pesca predatória. 3) **Dr. Eucário**
0987 - **Antunes Queiroz** sobre uma sugestão a respeito do funciona
0988 - mento do Conselho. O Conselho está esvaziado, logicamente
0989 - são 4h30min., não seria possível manter um Conselho reunido
0990 - da hora que iniciamos até agora. E eu presido um Conselho,
0991 - e eu creio, bem estruturado, do meio ambiente, são 27
0992 - representantes distribuídos de forma paritária, 9 represen
0993 - tantes de governo, 9 de empresários e 9 representantes de
0994 - entidades ambientalistas não governamentais. O que a gente
0995 - percebe é que se a reunião do CONAMA fosse programada de
0996 - forma sistematizada, nós no último dia do ano, na última
0997 - reunião do ano já programamos todas as reuniões do ano
0998 - seguinte e fazemos com certeza uma reunião por mês; a pauta
0999 - é encaminhada aos conselheiros e a reunião é apenas confir
1000 - mada porque já está programada. Não se entra em pauta nenhum
1001 - assunto ou tema que não esteja bem estudado por todas as
1002 - Câmaras e hoje nós observamos 4 assuntos que não puderam ser
1003 - votados porque não estavam estudados pela Câmara Jurídica e
1004 - resultou daí um impasse com a Representante do Estado de
1005 - Santa Catarina. O impasse surgiu porque forçamos o Assessor
1006 - Jurídico a dar um parecer de última hora. A sugestão é que
1007 - não se entra em pauta um assunto que não tenha o parecer de
1008 - todas as Câmaras, aí a Secretaria-Executiva tem que cuidar

1009 - desses assuntos. Aí está a razão da gente discutir um
1010 - assunto que não pode ser votado por falta de um maior entenu
1011 - dimento, inclusive de falta de um maior estudo. Nós
1012 - gostaríamos de deixar esse assunto para que pudéssemos ser
1013 - mais eficientes nas nossas funções. Outro aspecto que o
1014 - nosso conselho também se organiza é que cada conselheiro tem
1015 - um número limitado de vezes de expressão, poderíamos incluu
1016 - sive discutir também esse assunto para que as palavras
1017 - fossem mais bem distribuídas a todos os Conselheiros, apenas
1018 - sugestão porque são 4h30min. e todos estão com vontade de
1019 - almoçar. **4) Conselheiro Francisco Rodrigues Soares reiteu**
1020 - rando proposta de Moção que foi assinada com solicitação de
1021 - regime de urgência contendo 13 assinaturas e não decidiu-se
1022 - concretamente. A proposta seria da criação de uma Câmara
1023 - Técnica para acompanhamento da implementação dos compromiu
1024 - sos assumidos na Conferência das Nações Unidas para o Meio
1025 - Ambiente - Rio/92. O 2º item é falar sobre a questão do
1026 - Castanhão. Nós apresentamos farta documentação, recebemos as
1027 - informações de andamento que se encontra numa Comissão
1028 - Técnica para uma ampla discussão, existe hoje mais de duas
1029 - mil assinaturas de moradores de associações preocupados com
1030 - a obra, porque não existe um consenso, embora tenha saído o
1031 - licenciamento na Secretaria de Meio Ambiente do Estado, o
1032 - próprio IBAMA foi muito fraco na participação, um projeto
1033 - que o DNO praticamente apresentou a proposta, o órgão
1034 - estadual licenciou e nós apresentamos protocolada no dia 12
1035 - de março, farta documentação, pareceres técnicos de alto
1036 - nível contestando o estudo de impacto ambiental e o parecer
1037 - final que o órgão estadual deu. Então a preocupação é

1038 - grande, todo o Estado está cobrando, toda a população,
1039 - porque a obra é de impacto muito grande, há muita
1040 - divergência sobre o nível de estocagem de metros cúbicos da
1041 - água e com relação a própria segurança da obra para a popu
1042 - lação. Eu reitero a nossa preocupação em pedir que seja
1043 - colocada essa matéria o mais breve possível para uma discus
1044 - são após os encaminhamentos que já foram feitos e se possí
1045 - vel até se criar uma Comissão no CONAMA para verem in loco
1046 - como é que está o projeto, porque carece que o CONAMA tenha
1047 - uma atuação muito firme, que a população está toda espe
1048 - rando. 5) **Conselheiro Almir Bressan Júnior:** "só quero
1049 - registrar uma pergunta a respeito de uma matéria que nós
1050 - apresentamos ainda na gestão da Drª Maria Tereza, solici
1051 - tando um amplo debate nacional com todos os setores da
1052 - sociedade brasileira sobre os resultados da Conferência de
1053 - 92, inclusive utilizando-se dos documentos que foram produ
1054 - zidos pela sociedade sobre o meio ambiente no país. E essa
1055 - questão foi levada pelo Presidente do CONAMA, posterior ao
1056 - Ministério das Relações Exteriores, que aqui veio esclarecer
1057 - que essa reunião estava sendo preparada. Então gostaria de
1058 - saber se existe um período já previsto para a realização
1059 - dessa Conferência." 6) **Conselheira Lígia Scherer,** quanto a
1060 - questão feita pelo Dr. Almir, sobre a proposta da ABEMA na
1061 - reunião anterior: "foi feita uma explanação sobre a proprie
1062 - dade da prposta e isto ficou então para prosseguimento do
1063 - assunto. Não haveria, por parte nossa, nenhum projeto espe
1064 - cífico. É uma proposta da ABEMA que submeteu ao CONAMA e
1065 - pediu parecer técnico do Ministério das Relações Exteriores
1066 - e que aqui na última sessão disse que poderia ser interes

1067 - sante e útil conforme está em Ata. Essa é a informação que
1068 - eu tenho. E apenas quanto ao interesse sobre os documentos
1069 - do Rio, a tradução deles, apenas para dizer que a Convenç
1070 - ção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e a Convenção
1071 - sobre Diversidade Biológica já foram encaminhadas à Presici
1072 - dência da República para encaminhamento ao Congresso
1073 - Nacional. As duas Convenções, e quanto a Agenda 21, princici
1074 - palmente, que é um documento extenso e está ainda num
1075 - processo de finalização de tradução, é interesse legítimo da
1076 - sociedade e grande interesse nosso que, o quanto antes,
1077 - todos brasileiros possam ter acesso aos documentos em portugu
1078 - guês." 7) **Conselheiro Carlos Aveline:** "eu gostaria de fazer
1079 - constar em Ata, até como garantia, com relação à Câmara
1080 - Técnica da Mata Atlântica que após consultas com outras
1081 - ONG's, a minha entidade está apoiando o nome da APANDE para
1082 - que seja uma das ONG's que fazem parte da Câmara Técnica.
1083 - Como eu não tinha colocado isso formalmente antes, eu
1084 - gostaria que constasse em Ata, após consultas com as ONG's
1085 - presentes." Não havendo mais Conselheiros inscritos, o
1086 - Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerra
1087 - rada a XXXIV Reunião Ordinária do CONAMA, da qual foi
1088 - lavrada a presente síntese de Ata em Brasília-DF, 31 de
1089 - março de 1993.